

Política

CONSTITUINTE

Caiado define os próximos passos da UDR

Depois de festejar a vitória, ele começa a preparar a ofensiva para as eleições de prefeitos.

Ronaldo Caiado dormiu apenas duas horas na madrugada de ontem, comemorando a vitória na Constituinte, primeiro na churrascaria Pampa com mais de mil companheiros da União Democrática Ruralista, ao som de discursos e música caipira. Depois, a festa continuou com parlamentares do Centrão no sofisticado restaurante Florentino até as quatro da manhã, enquanto às seis horas ele já estava ao telefone do seu apartamento no hotel Aracoara, recebendo felicitações e planejando novas ações. "A luta continua", explica Caiado, que já prepara a ofensiva política da UDR nas próximas eleições municipais e que pretende transformar 10 de maio, no Dia da Agricultura.

"A Lei Áurea dos produtores rurais chegou antes de 13 de maio, nossa abolição aconteceu na Constituinte, com a garantia de que as terras produtivas são intocáveis", diz o presidente da UDR. Ele garante que agora o País vai produzir em paz, com os agricultores "livres da tutela dos tecnocratas, dos corruptos, dos demagogos e de outros que se utilizavam dos ruralistas, sem nada dar em troca".

Comparando a vitória da UDR com a

derrota do Centrão na votação sobre a mineração, Ronaldo Caiado acha apenas que sua entidade soube "fazer melhor um trabalho de base sistemático e a longo prazo, que reuniu nos últimos 45 dias pelo menos 500 companheiros na Constituinte, que passaram a mais de três mil na hora final". Ele explica que todos sabiam o que fazer nos gabinetes, reuniões, corredores, mostrando que a produção é intocável. Inclusive com um livretinho didático da UDR. Ele não dá números mas reconhece que a UDR gastou bastante. "Mas foi tudo dinheiro nosso, arrecadado principalmente nos leilões."

"Notamos que até alguns parlamentares ligados ao campo estavam mal informados e mostramos a eles com clareza o que eles deveriam apoiar, ou rejeitar, o que queríamos, o que o País necessitava e deu certo", explica Caiado. Ele prefere não citar o nome de nenhum deputado, mas diz que os "dados reais" sobre os fracassos dos assentamentos feitos pelo Mirad, causaram surpresa e mudaram muitos votos.

Caiado reconhece que houve até alguns excessos de membros da UDR, principalmente das alas mais jovens, que chegaram a chamar de comunista a deputada



Ronaldo Caiado



Jader Barbalho

Sandra Cavalcanti. "Mas a intenção é que valeu, porque todos queriam o melhor para o Brasil". Ele prefere afirmar também que a vitória não foi sua, "mas das centenas de milhares de membros da UDR, homens e mulheres em todo o País, que nas nossas regionais, nos municípios, fizeram trabalho de base junto a vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais".

Ele lembra que na assembleia nacional da UDR em fevereiro, tudo já ficara esquematizado, mostrando aos políticos dos Estados e Municípios que só teriam o apoio no futuro "se realmente defendessem os interesses dos produtores, não ape-

nas nos períodos eleitorais, mas em todas questões básicas para a classe, como aconteceu agora na Constituinte". O mesmo será feito agora nas eleições municipais de 15 de novembro, "porque já começamos a trabalhar 24 horas por dia para sensibilizar os candidatos para os problemas do campo. Devendo também participar e pressionar quanto à política agrícola e os problemas da correção monetária para os empréstimos rurais".

Caiado admite a politização da UDR, mas esquiva-se de falar em sua possível candidatura a qualquer cargo. Explica apenas que está voltando a Goiânia para ver como estão suas propriedades e para retomar seu hospital e clientes, "afinal tenho compromisso com eles e não abduco de minha atuação como médico". Ele é especialista em cirurgia da coluna com cursos em Paris e deve, na próxima semana, licenciarse por algum tempo da presidência da UDR, passando o cargo a seu vice, Roosevelt Roque dos Santos.

Ronaldo Caiado afirma que não mudou de posição e continua favorável a um mandato de apenas quatro anos para Sarney, "mas é posição pessoal e a UDR como enti-

dade de classe vai se manter à margem da questão". Assim, o Centrão não vai poder contar com ela na votação das disposições transitórias que fixará a duração do mandato do presidente Sarney.

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho, defendeu ontem o Decreto-Lei nº 2363, de autoria do presidente José Sarney, como texto básico da legislação complementar que irá tratar da reforma agrária aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte. O decreto, segundo Jader, é mais amplo do que a proposta vitoriosa do "Centrão", pois preserva não apenas a terra produtiva, como também a terra em produção.

Editado em outubro do ano passado, o Decreto-Lei nº 2363 retirou cerca de 90 mil produtores rurais do grupo de risco de desapropriação, e criou, conforme expressão do ministro, uma paz no campo necessária para a execução correta do Plano Nacional de Reforma Agrária. Jader Barbalho acha que o decreto não entra em choque com o texto constitucional aprovado antontem e prometeu manter a interpretação sobre a terra em produção enquanto a legislação ordinária não for definida.

O ouro vai entrar definitivamente na clandestinidade: esse é o grande receio de quem vive da compra e venda do metal, no Brasil. Isso porque a Constituinte deixou de votar o dispositivo que considerava o ouro como ativo financeiro.

O ouro do Brasil vai sumir

Reportagem de William Waack

O ouro do Brasil vai sumir. Os constituintes não votaram dispositivo considerando o ouro como ativo financeiro e agora a totalidade dos integrantes desse setor econômico — mineradoras, garimpeiros, bolsas de valores e até o Banco Central — acham que ele entra definitivamente na clandestinidade.

São pelo menos cinco anos de cuidadosas manobras do governo e iniciativa privada que estão indo literalmente para o brejo. "Vou virar sapo e sumir na lagoa", promete Ivo Lubrina de Castro, líder do sindicato de garimpeiros da Itaituba, a principal província aurífera do País, no Pará. "Vai deixar praticamente de existir ouro legal no Brasil, vai ser o mais curto ciclo do ouro da nossa história", garante Natan Blanche, diretor da Goldmine, a principal compradora de ouro do Brasil.

Reunidos em Brasília nos últimos dias, garimpeiros, empresários, comerciantes e autoridades do governo tentaram mostrar aos parlamentares o erro que cometeram ao dar tratamento ao ouro como mercadoria e não ativo financeiro quando votaram a reforma tributária há três semanas. Os deputados retiraram a tributação do ouro da União e a passaram para os Estados. Com isso, deixaram para o arbítrio de cada secretário da Fazenda decidir em quanto se taxa o ouro, submetido ao ICM (até 13%).

"Foi uma decisão curiosa", comenta Emílio Garófalo, diretor do BC e o homem que comanda o Projeto Ouro — a tentativa de criação de um mercado normal e legal. "Ignoraram milênios de história da humanidade, que sempre tratou o ouro como moeda, e o confundiram com arroz e feijão."

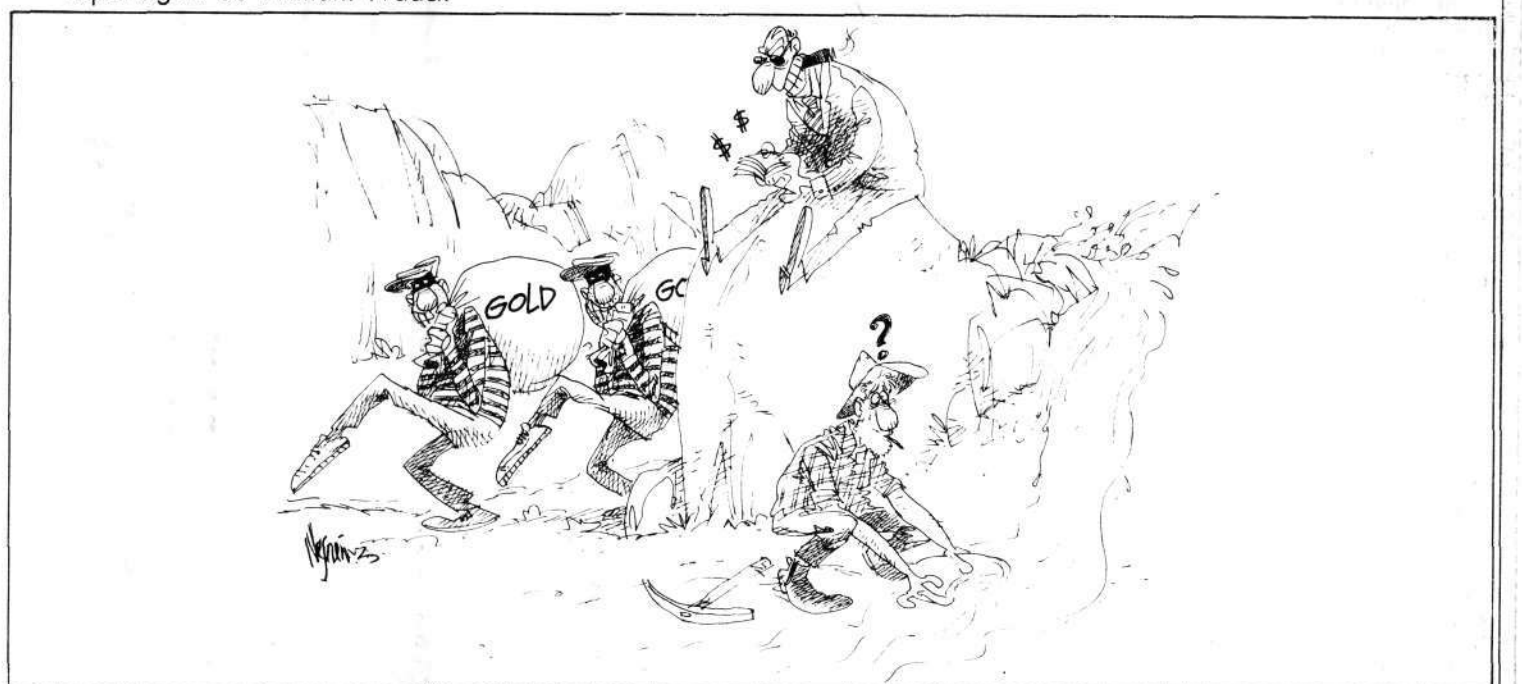
Os últimos números são realmente impressionantes. O Brasil já deve ter passado das 120 toneladas de ouro produzidas por ano, mas calcula-se que pelo menos dois terços disso circula ilegalmente. No ano passado a situação melhorou graças a uma série de dispositivos legais que permitiram a negociação do ouro em outras bases (in-

cluindo-se na série de leis, circulares e resoluções tratamento fiscal diferente do ouro e das compradoras, dos garimpeiros e também a entrada do sistema financeiro nesse ciclo). As estatísticas comprovaram fielmente o que estimavam os especialistas.

Foi só o governo reduzir a alíquota de imposto sobre o ouro e a produção registrada dobrou em menos de um mês em algumas das principais regiões (em Alta Floresta foi de 200 para 600 quilos mensais, em Itaituba de uns 300 para 900 quilos). Coincidentemente, dados do Departamento de Comércio americano mostram que as exportações uruguaias — país que mandou quase tantas toneladas oficialmente para fora quanto o Brasil em 1987, embora não possuía nenhuma mina de ouro — no mesmo momento caíram de 2 toneladas mensais em julho de 87 para menos de 300 quilos dois meses depois, quando entrou em vigor a nova legislação brasileira.

A decisão dos constituintes de submeter o ouro à cobrança de ICM faz o imposto subir de 1% para uns 7% — e inviabiliza qualquer mercado legal num sistema onde imperam paridades estabelecidas internacionalmente e sobre as quais nem o Brasil ou sua Constituição tem influência. Para a curiosa coligação de forças que agora pressiona a Assembleia, o futuro do mercado legal do ouro depende exclusivamente da aprovação de um dispositivo considerando esse metal como ativo financeiro livre da tributação do tipo do ICM. Isso ficará agora para as disposições transitórias, se ficar.

Ainda que acertem o passo com os parlamentares, garantem os conhecedores, o mercado paralelo do ouro não vai desaparecer. Ele cumpre função importante num amplo círculo econômico informal e está ligado — numa intrincada cadeia de fatores que se influenciam mutuamente — até a solução da crise brasileira do endividamento externo. Ao contrário do que se pensa, o mercado paralelo não pagaria essa dívida. Ele vive dela.



Todos no mesmo barco...

A briga do ouro pós de pé em Brasília uma coligação impossível, ainda mais estranha que a união de militares e esquerdistas para aprovar dispositivos da ordem econômica. Mineradoras e garimpeiros, o Banco Central e os bancos particulares, compradoras de ouro e militares do

Conselho de Segurança Nacional, remavam todos para o mesmo sentido.

Num apartamento oficial no Sul de Brasília, na quarta-feira à noite, líderes garimpeiros, representantes da Associação Nacional do Ouro (que reúne também as Bolsas de Valores) e compradores de ouro

certavam os últimos detalhes de uma forma diferente de pressão na capital dos lobis: eles não queriam mudar o voto de deputados, mas simplesmente corrigir uma espantosa ignorância sobre o mercado de ouro. Houve uma divisão natural de trabalho. Os garimpeiros — 11 líderes de

sindicatos de toda Amazônia — ficaram com os parlamentares de esquerda. Pessoal dos bancos e da Bolsa ganharam a missão de conversar com os de direita. Por trás de tudo, mais um encontro interessante: o de José Altino Machado, líder nacional dos garimpeiros, com o sr. Roberto

Marinho, dono das organizações Globo. Através de Jorge Serpa, advogado do Grupo, os garimpeiros tiveram mais uma cobertura de flanco.

A falta de conhecimento da matéria por parte dos deputados deixou os participantes dessa aliança informal — "depois vai sair ca-

da um para o seu lado, e não tenho compromisso com ninguém", garantiu Zé Altino — abismado. Provocou de Natan Blanche, diretor presidente da Goldmine, uma das maiores compradoras de ouro do Brasil, um desabafo cansado: "A decisão deles nem foi ideológica. Foi burra".